



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO Nº 0286942-5

EMBARGANTE: IVANILDA PADILHA CARÍCIO

EMBARGADO: BANCO ITAÚ S.A.

ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO –
INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO
OU OBSCURIDADE – RECURSO DESCABIDO
– EMBARGOS REJEITADOS - DECISÃO
UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO Nº 0286942-5**, em que figuram como Embargante **IVANILDA PADILHA CARÍCIO** e como parte Embargada **BANCO ITAÚ S.A.**, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: *“Por unanimidade de votos, foram os embargos conhecidos e rejeitados, nos termos do voto do Relator”*. Tudo de acordo com o relatório, o voto e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife *22 de março* de 2013.

J. C. Patriota Malta
Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO Nº 0286942-5

EMBARGANTE: IVANILDA PADILHA CARÍCIO

EMBARGADO: BANCO ITAÚ S.A.

ÓRGÃO JULGADOR 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

RELATÓRIO

IVANILDA PADILHA CARÍCIO, regularmente qualificada e representada, opôs Embargos de Declaração, com fundamento no art. 535, II, do CPC, requerendo o acolhimento do presente recurso para que seja sanada uma suposta omissão.

É o que se impõe relatar.

Recife, 13 de março de 2013.


Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO Nº 0286942-5

EMBARGANTE: IVANILDA PADILHA CARÍCIO

EMBARGADO: BANCO ITAÚ S.A.

ÓRGÃO JULGADOR 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

VOTO RELATOR

Examinando as razões delineadas nos aclaratórios entendo que inexistem o que sanear ou aclarar no Acórdão embargado.

As questões postas na lide foram devidamente examinadas e decididas pela Câmara Julgadora, não remanescendo, ao meu sentir, qualquer obscuridade, contradição ou omissão no julgado, cujo resultado desfavoreceu a posição sustentada pela parte Embargante.

Saliento que a função dos embargos de declaração é, exclusivamente, afastar do julgado qualquer omissão, não permitir a permanência de obscuridade, por acaso existente, e ainda, extirpar da decisão qualquer contradição entre a premissa argumentada e a conclusão assumida.

Vale asseverar, também, que cabe ao julgador apreciar a lide de acordo com o seu livre convencimento, fundamentando sua decisão, não estando obrigado a analisar especificamente todos os pontos suscitados pelas partes.

Assim, como acima exposto, não havendo nada a aclarar, suprir ou declarar, **VOTO PARA QUE ESSES EMBARGOS SEJAM JULGADOS IMPROCEDENTES.**

É COMO VOTO.

Rec 19/03/2013